

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.010

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GOIÁS NO GOVERNO CAIADO (2018-ATUAL)

Thelma Maria de Moura Bergamo¹
Laís Alice Oliveira Santos²

RESUMO

O estudo discute as políticas educacionais para a formação de professores em Goiás durante a gestão Ronaldo Caiado (2019-atual). Assume como referencial teórico as discussões desenvolvidas por Foucault, Freitas, Dardot e Laval para, a partir dos marcos legais estabelecidos para o período em questão, analisar as convergências e dissonâncias entre as políticas estaduais de formação de professores e o avanço das estratégias neoliberais no campo educacional. Ao discutir as transformações pelas quais passou o neoliberalismo nos meados do século XX, Laval e Dardot recorrem às análises sobre a governamentalidade liberal e Foucault para demonstrar os deslocamentos sofridos com relação à natureza das intervenções do Estado e do sentido assumido nesse contexto pela categoria social. As preocupações recaem sobre a função da cultura, dos intelectuais e da escola na construção da nova ordem social. O campo educacional se encontra, a partir de então, sob constantes incursões que têm como um dos escopos a privatização de caráter ideológico, cujo foco é o controle do processo educativo, submetendo a escola à lógica empresaria-

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás, docente do IF Goiano – campus Morrinhos, thelma.moura@ifgoiano.edu.br;

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, docente do IF Goiano – campus Morrinhos, lais.santos@ifgoiano.edu.br;

rial. Compreender, por meio da análise do documento “Política de Formação continuada dos Profissionais da Educação da Rede Estadual de Goiás”, a forma como a lógica neoliberal se apropria dos espaços de formação, permite analisar os discursos sobre o desenvolvimento de competências e habilidades docentes que implicam na responsabilização do professor pela “qualidade de aprendizagem”, fazendo inferência à necessidade do aumento quantitativo dos resultados nos exames de proficiência do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás – SAEGO. Problematizar a lógica neoliberal presente nas políticas de formação docente, buscando superar os discursos tecnicistas e as concepções de controle pedagógico postulados por agentes exóticos ao campo educacional é o desafio a ser enfrentado por todos aqueles que assumem o desafio de promover o ideal de uma educação justa e emancipatória.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Formação Docente, Educação, Goiás.

INTRODUÇÃO

A partir das análises de Michel Foucault sobre os entrecruzamentos entre saber, poder e subjetividade, torna-se possível compreender as formas históricas pelas quais os indivíduos são produzidos e governados nas sociedades ocidentais modernas. Conceitos como arqueologia, genealogia e ética, fundamentais em sua obra, oferecem as ferramentas analíticas necessárias para problematizar os regimes discursivos e as práticas institucionais que fabricam modos de ser e de pensar. Nesse contexto, a noção foucaultiana de saber-poder revela que o conhecimento nunca é neutro, mas atravessado por correlações de força que organizam, legitimam e hierarquizam verdades. Assim, as práticas discursivas e os dispositivos sociais não apenas refletem a realidade, mas a produzem, constituindo sujeitos e modos de vida.

Foucault descreve a passagem de uma sociedade disciplinar, centrada no controle dos corpos, para uma sociedade biopolítica, em que o poder se exerce sobre a vida e as populações. Essa mutação histórica se intensifica com o advento do neoliberalismo, entendido como uma racionalidade política que redefine o papel do Estado.

No campo educacional, tais dinâmicas se manifestam na apropriação de discursos e práticas que subordinam o sentido da educação à lógica do mercado. A escola é interpelada a funcionar como uma empresa de produção de capital humano, e a docência é atravessada por políticas de gestão e responsabilização que configuram uma subjetividade docente precarizada, empreendedora e autocontrolada. Discursos sobre qualidade, eficiência e inovação, sustentados por índices e avaliações externas, ocultam as relações de poder e os efeitos subjetivantes que produzem. Diante disso, pensar a educação a partir de Foucault significa interrogar os modos pelos quais se constitui o sujeito contemporâneo, suas possibilidades de resistência e as práticas éticas que podem emergir frente à captura neoliberal das subjetividades.

Este artigo, portanto, busca analisar os regimes de verdade e os dispositivos de poder-saber que atravessam a educação sob a racionalidade neoliberal, no contexto da política de formação de professores no estado de Goiás, sob a gestão de Ronaldo Caiado (2019-atual). Para tal, utilizamos da pesquisa documental, que colocou em análise o documento oficial da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, “Política de formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Estadual de Goiás”. Pretende-se, assim, apresentar como parte referencial teórico base da discussão em que medida os discursos educacionais atuais operam como práticas de governo e de subjetivação para em seguida apresentarmos os caminhos metodológicos e posteriormente na análise documental dialogarmos criticamente sobre o documento que trata da política de formação continuada, buscando usar os aportes teóricos para fundamentar a compreensão de como as políticas neoliberais tem estado presente em diferentes governos e políticas educacionais.

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Na verdade, não se esperaram os neoliberais para medir certos efeitos desses investimentos educacionais, quer se trate da instrução propriamente dita, quer se trate da formação profissional, etc. Mas os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso, os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional (Foucault, 2008a).

Arqueologia, genealogia, ética. Conceitos centrais no pensamento foucaultiano que, em suas incursões pelos domínios do saber-poder, entendido como “a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (Foucault, 1998, p. 88), analisa a constituição do ser humano enquanto sujeito em sua relação com modos de objetivação: o discurso, as práticas divisoras, a sexualidade (Foucault, 2014).

Nesse percurso, a questão dos regimes discursivos é entendido como um dispositivo estratégico que controla, seleciona, organiza e distribui os saberes sob o solo epistemológico que torna possível ou interdita a produção e circulação de conhecimentos sobre determinados temas, constituindo-se como “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10).

Pensar os o conceito de verdade, as ciências, os saberes, exige necessariamente a problematização dos jogos de poder vigentes e os efeitos subjetivantes decorrentes de sua produção e circulação.

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (Foucault, 1969, p. 14).

Fica evidente a indissociabilidade entre o saber e o poder, exaustivamente defendida pelo filósofo. Nesse contexto, apesar de afirmar que não foi o poder, mas o sujeito o tema geral de sua pesquisa, reconhece que o ser humano, enquanto imerso em relações de produção e significação, é igualmente envolvido em uma complexidade de redes de poder subjetivantes.

É justamente analisando conceitos como os de sanidade, ilegalidade, normalidade que o entrelaçamento entre saber e poder são evidenciados. Eles se manifestam nas estratégias cujo efeito pode ser percebido nos aparatos legais e hegemonias sociais que são o suporte móvel das correlações de força instáveis, cuja constituição possui natureza social e histórica.

Nos cursos ao Collège de France entre os anos de 1972 e 1975, refiro-me especificamente à “Sociedade Punitiva” e “Os Anormais”, assim como ao livro “Vigiar e Punir” (1975), Foucault analisa a configuração do poder

do poder disciplinar e seus efeitos normalizadores para a produção de corpos dóceis, úteis e submissos em que a vigilância e o controle sobre os sujeitos, a partir de práticas de divisão, classificação, controle do tempo e produção de saberes sobre esses sujeitos, encontra nas instituições de sequestro, entendidas como aquelas nas quais os indivíduos passam parte significativa de seu tempo sob o controle austero de dispositivos disciplinadores. São instituições como o quartel, o hospital, a escola, cujos mecanismos de funcionamento são particularmente similares.

São também espaços de produção de saberes sob os indivíduos que, associados ao recrudescimento dos saberes médicos, oferecem o suporte ideológico para a elaboração de discursos, leis e políticas sociais que se ocupam doravante, não somente do controle dos corpos individuais mas, sobretudo, de uma nova configuração do poder que terá como alvo as populações. Não mais poder disciplinar em sua forma bruta, mas biopolítica e biopoder.

É em meados do século XVIII, com o avanço do liberalismo, que o mundo ocidental assiste a constituição de uma nova arte de governar, caracterizada pela instauração de mecanismos cuja função não é mais assegurar o crescimento da força do Estado, mas limitar, a partir do seu interior, o seu poder de governar.

O mercado surgiu, em meados do século XVIII, como já não sendo, ou antes, como não devendo mais ser um lugar de jurisdição. O mercado apareceu como, de um lado, uma coisa que obedecia e devia obedecer a mecanismos “naturais”, isto é, mecanismos em sua complexidade, mas espontâneos, tão espontâneos que quem tentasse modificá-los só conseguiria alterá-los e desnaturá-los (Foucault, 2008a, p. 43-44).

Ocorre um deslocamento no critério de definição de um bom governo, que passa a ser entendido por meio de um critério de verdade, um lugar de veridicção³, em outras palavras, essa definição passa a ser sustentada, transformada e deslocada por processos de produção e circulação de

3 Para compreender melhor os argumentos desenvolvidos sobre o assunto, recomenda-se a leitura da aula de 17 de Janeiro de 1979, em Foucault (2008).

discursos socialmente validados como verdadeiros sobre a economia, a política e o direito.

Tratar-se-ia da genealogia de regimes veridicionais, isto é, da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso; de fato, o regime de veridicção não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos (Foucault, 2008a, p. 49)

Esse Estado, cuja razão governamental emergente, se apoia em regimes veridicionais, passa a manipular interesses como forma de agir de modo eficiente sobre a população. O que está em curso é o deslocamento de uma razão de Estado tal como era conhecida outrora, para uma Razão de Estado Mínimo, entendida como aquela que autoriza o Estado a agir nos momentos específicos e casuais considerados de interesse dos indivíduos e alinhadas com o mercado.

Esse fenômeno apresenta nuances no neoliberalismo alemão e americano que, respeitadas as devidas particularidades, tem como consequência a supressão antropológica do criminoso e o descarte do modelo disciplinar a partir da emergência do modelo do homo oeconomicus, que marca a colonização das áreas sociais pela lógica neoliberal.

O homo oeconomicus é aquele que aceita a realidade. A conduta racional é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma portanto, sistemática, e a economia poderá portanto se definir como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente (Foucault, 2008a, p. 368).

Enquanto homem do laissez-faire, ele é manejável, governável, é o ponto de partida de uma mecânica de interesses que, por meio da defesa do princípio da liberdade individual, torna-se o alvo de dispositivos e interesses de uma governamentalidade que passam a administrá-los,

doravante, não mais a partir dos princípios do poder soberano, mas de uma racionalidade política inseparável dos interesses do mercado.

Avelino (2016) afirma que, nesse modelo, o governo deve fazer um duplo movimento em que, ao mesmo tempo deve reduzir sua esfera de atuação ao mínimo possível enquanto incita o indivíduo a fazer o máximo possível. No neoliberalismo, por sua vez, o homem passa a ser compreendido como um produto ambiental no qual a ação governamental deve concentrar-se no controle dos ambientes e suas variáveis, com o objetivo de produzir comportamentos econômicos desejáveis, promovendo uma desnaturalização radical do interesse, que deixa de ser compreendido como um dado natural, mas produzido pelo ambiente econômico.

Nesse momento histórico, de acordo como Castro (2009) o biopoder emerge como um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo pois serviu para “assegurar a inserção controlada dos corpos no aparato produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos” (p. 58).

Seja pelo interesse da medicina, a partir do final do século XVI, seu avanço sobre a sexualidade e a doença mental – para citar apenas dois exemplos, ou na plêiade discursiva que Foucault (1999) analisa extensamente no curso de 1975-1976, relacionado ao racismo de Estado e à inversão nos dispositivos de Estado que assumem o “direito de fazer viver e deixar morrer” (p. 287), o biopoder opera como uma das faces do avanço do neoliberalismo sobre a governamentalidade ocupando-se, das populações e dos corpos vivos.

São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente a segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (...), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. É nesse momento, em todo caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias (Foucault, 1999, p. 290).

Essa governamentalidade neoliberal não está, portanto, focada exclusivamente no problema da liberdade do indivíduo e em seu controle para atender aos interesses do mercado. A produção de saberes sobre a população, em seus múltiplos aspectos também se constitui como uma dimensão fundamental de gestão e controle social por meio das instituições de assistência, escolas, centros religiosos. Em outras palavras, a população emerge como um problema político, um problema de poder.

Enquanto o poder disciplinar continua agindo sobre os corpos, por meio das instituições, o biopoder se ocupa da população, de sua bio-regulamentação por meio do Estado. Essas duas dimensões não se excluem, mas atuam de forma articulada e estratégica. Um exemplo tácito refere-se à questão da sexualidade, que se situa na encruzilhada entre corpo e população. Existe toda uma série de comportamentos sexuais a serem estimulados ou coibidos, para os quais o disciplinamento dos corpos ocupa lugar estratégico. Entretanto, não se pode negar que a dimensão populacional da questão, em termos de saúde pública e regimes discursivos, passa a ocupar paulatinamente um espaço fundamental no funcionamento da sociedade.

Foucault (2008b) retoma questão do Estado na análise de sua racionalidade e postula que o seu esquema de inteligibilidade se insere em um conjunto de instituições e realidades já dadas de forma que “o Estado é o que deve estar no fim da operação de racionalização da arte de governar” (p. 385).

Logo, temos todo um conjunto de controles, de decisões, de injunções que tem por objeto os próprios homens, não na medida em que têm um estatuto, não na medida em que são alguma coisa na ordem, na hierarquia e na estrutura social, mas na medida em que fazem alguma coisa, na medida em que são capazes de fazê-lo ao longo da vida (Foucault, 2008b, p. 432).

Há um imbricamento entre os poderes disciplinares, a biopolítica e os dispositivos neoliberais para a produção desses processos de subjetivação alinhados com os interesses do mercado. Ao discutir a forma assumida

pela polícia nesses Estados, é a natureza do controle dos homens enquanto seres agentes, o que eles fazem, sua atividade, que passa a ser o alvo de interesse, com o objetivo de poder fabricá-los e integrá-los efetivamente à utilidade estatal.

Não se pode negligenciar que esse processo de integração útil dos homens aos interesses estatais não deve ser compreendido de forma desarticulada daqueles presentes no mercado. Se, por um lado, o neoliberalismo preconiza um recuo do Estado em termos de controle dos indivíduos, entendidos como capazes de atuar livremente, esse movimento ocorre de forma articulada à criação de realidades e manipulação de interesses para que os sujeitos possam agir em consonância com os objetivos do capitalismo em sua configuração neoliberal.

As esferas econômica, social e política assumem uma natureza indissociável nesse modelo de governamentalidade. Apesar de mínimo, cabe ao Estado, por meio de sua polícia, gerenciar as ações individuais e coletivas para o bom funcionamento do modelo neoliberal. Entretanto, esse processo não ocorre de forma espontânea, natural. Faz-se necessária a produção de subjetividades afinadas com o seu funcionamento, para a qual concorrem regimes discursivos e estratégias de saber-poder produtoras de certos tipos de experiências subjetivantes.

Nas análises do poder disciplinar, as instituições de sequestro – hospital, quartel, mosteiro, escola – já aparecem como espaços especializados na produção de sujeitos úteis aos mecanismos do poder. Com a constituição do biopoder, esses dispositivos não desaparecem, mas passam a funcionar de forma articulada com o controle da população. Nesse contexto, não são somente os hospitais ou as escolas, enquanto instituições, que concorrerão para esse processo. São as políticas públicas para a educação e a saúde que indicarão as metas e diretrizes a serem atingidos em termos de sociedade.

METODOLOGIA

Optou-se pela abordagem qualitativa, por permitir ao pesquisador compreender o fenômeno em sua totalidade e em diálogo com seus contextos social, político, histórico e cultural. Essa perspectiva, conforme Bogdan e Biklen (1993), parte do pressuposto de que nada é trivial e de que cada elemento pode revelar pistas importantes para a compreensão do objeto investigado. Considerando que a pesquisa qualitativa busca ampliar e não restringir a compreensão este estudo envolveu a realização de pesquisa documental.

A pesquisa documental, conforme Fávero e Centenaro (2019), constitui-se como um processo metodológico que mobiliza técnicas e instrumentos diversos para apreender e compreender o objeto de estudo. Foram utilizadas como fontes documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, como informações contidas no site da secretaria, decretos e o documento principal objeto de análise: Política de formação continuada dos Profissionais da Educação da Rede Estadual de Goiás, do ano de 2024.

A análise não busca neutralidade absoluta, mas uma leitura crítica e sistemática, orientada pela organização e interpretação dos elementos extraídos do documento e categorizado em três conjuntos: 1. Alinhamento das políticas educacionais; 2. Privatização da educação; e 3. Forma e conteúdo da formação aos professores. permitindo construir compreensões mais amplas sobre as políticas educacionais em foco.

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES EM GOIÁS

A Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Estadual de Goiás foi concebida e implementada no contexto do governo de Ronaldo Caiado, sob a gestão da secretária de Educação Fátima Gavioli, período marcado pela consolidação de políticas públi-

cas orientadas pela racionalidade neoliberal e pela busca de resultados mensuráveis. Essa gestão tem investido em programas e reformas que associam a noção de “qualidade” educacional ao desempenho em avaliações externas e à eficiência administrativa, alinhando-se às diretrizes nacionais de padronização curricular e responsabilização docente. Nesse cenário, analisaremos o documento chave.

A “Política de Formação continuada dos Profissionais da Educação da Rede Estadual de Goiás” se pauta na articulação de ações que circundam quatro eixos: I – Formação de gestores; II Formação de coordenadores pedagógicos; III – Formação de professores; e IV – Formação de servidores administrativos. Como nosso maior interesse se refere à formação docente, nos ateremos nas análises com maior ênfase na relação entre o eixo “III – Formação de professores” e as convergências e dissonâncias das estratégias neoliberais para a educação.

O documento em análise esclarece que as ações de formação continuada aos profissionais da rede estadual da educação de Goiás são “organizadas, coordenadas, acompanhadas e monitoradas (Goiás, 2024, p. 9)” pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (CEPFOR), que se vincula à Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Curricular (Supadec), instituído como parte da estrutura organizacional da Secud-Go (Art. 3º do Decreto Estadual nº 10.218 de 16 de fevereiro de 2023).

Como principal objetivo estabelecido no documento sobre a política de formação continuada dos profissionais da educação do Estado de Goiás, visa garantir a aos profissionais da rede estadual de Goiás formação continuada que promova “ações e estratégias que reconheçam e valorizem o seu trabalho, de modo a garantir, em última análise, que a aprendizagem dos estudantes seja significativa e de qualidade. (Goiás, 2024, p. 13, grifos nossos)”.

Em consonância ao objetivo da política, no decorrer do documento a expressão da “qualidade” aparece associada com um fim a ser alcançado a partir das ações de formação ao docente. Sobre tal, precisamos esclarecer

os “equivocos” que o discurso neoliberal tem trazido para a compreensão de “qualidade da educação” associada ao conceito empresarial de “Gestão da Qualidade Total (GQT)” e se dissociando da “qualidade social” (Cabral Neto, 2009), assim como o alinhamento entre as diversas políticas educacionais tem se acentuado, normalizado e tido respaldo e fortalecimento a nível nacional. Desse modo, adentramos a primeira categorização de análise: Alinhamento das políticas Educacionais.

Como o próprio documento sobre a política de formação contempla em seu texto,

se fizeram necessárias ao fortalecimento da gestão escolar, avaliações externas, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Documentos Curriculares para o Estado de Goiás, Educação a distância (EaD), elaboração de materiais didáticos como apoio ao professor(a) em sala de aula, gestão de sala de aula, habilidades socioemocionais, práticas pedagógicas inovadoras e demais materiais pedagógicos para uma boa prática pedagógica. (Goiás, 2024, p. 8)

Dentre outros documentos que a política de formação do estado de Goiás cita, ela utiliza do exemplo similar que o próprio documento da BNCC (Brasil, 2017) utiliza para estabelecer os alinhamentos entre as políticas que devem se desdobrar a partir da Base curricular, sendo eles: formação de professores; avaliação; elaboração de conteúdos educacionais; e critérios para a oferta de infraestrutura.

O alinhamento entre as políticas coaduna com a estratégia neoliberal de sujeitar a educação a uma lógica de funcionamento empresarial, sob o discurso de torná-la mais eficiente ao apresentar formas de “resolução de problemas” técnicas.

A lógica esperada é que, definindo o que se deve ensinar, a escola saberá o que ensinar, os testes verificarão se ela ensinou ou não, e a responsabilização premiará quem ensinou e punirá quem não ensinou. A isso a reforma chama de alinhamento. (Freitas, 2018, p. 78)

Um dos grandes prejuízos que os professores são submetidos quando inseridos nessa lógica do alinhamento em que se baseia a formação dos

professores, é o “jogo” da competição e culpabilização que recaem sobre eles quando se estabelece uma relação de causa e efeito entre: professores formados ensinam o que os alunos devem aprender e eles aprendem. Assim, o objetivo principal da política de formação é o alcance do que intitulam de “qualidade” da aprendizagem, quando na realidade a preocupação gira em torno de um alcance métrico de notas e índices a serem alcançados nos exames de avaliação em larga escala, como podemos constatar no documento da política de formação dos profissionais de Goiás (2024, p. 15, grifos nossos) quando refere-se aos pressupostos teóricos, políticos e pedagógicos.

De forma geral, fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, favorece a melhoria da proficiência dos resultados do SAEGO e aumenta, de forma gradativa, as médias nacionais do Ideb e, conseqüentemente, evidencia a aprendizagem discente.

A relação que a política estabelece entre os índices alcançados e a real aprendizagem do aluno, evidencia uma aproximação entre a concepção de qualidade nos moldes de uma “Gestão da Qualidade Total (GQT)”, que é um modelo de gerenciamento oriundo do setor privado que focaliza na melhoria dos resultados dos serviços a partir do alcance e satisfação do cliente/consumidor. Incorporado à educação brasileira a partir dos anos de 1980, os mecanismos se baseiam na descentralização e responsabilização (Cabral Neto, 2009).

As avaliações externas têm ocupado o papel de descentralizar e responsabilizar os profissionais da educação pela suposta qualidade ou fracasso escolar. À medida que o Estado estabelece quais são as notas que refletem o que chamam de qualidade da educação, as escolas buscam atingir estas metas para que permaneçam no “jogo da competição”. Os resultados do IDEB, ou da SAEGO servem para que os familiares de alunos (clientes que consomem o produto educacional) estejam cientes de qual é a “qualidade” de sua escola, para que possam monitorar e cobrar

pelos resultados esperados, sendo assim acentuada a descentralização da fiscalização pela “qualidade” da educação.

Desse modo, as escolas disputam entre si seu status de escola com qualidade, que lhes é concedida mensuravelmente por uma avaliação do desempenho dos alunos, assim como sua organização, gestão e formação dos professores modificam suas ações para atingir os índices, como vários trechos do documento em análise evidencia, “Valorizar e estimular o trabalho docente em regência, utilizando os bons profissionais, na formação dos trabalhadores da educação, buscando elevar os índices de desempenho da rede. (Goiás, ano, p. 14)”; para se alinhar ao alcance das metas e se distanciando do que Cabral Neto (2011, p. 274) defende como qualidade social da educação, em que se constrói como um “resultado de um compromisso assumido pelo coletivo social e que seja negociada com base em regras pactuadas”.

Compreendendo as políticas de alinhamento como dispositivos de governamentalidade neoliberais, elas permitem a criação de uma superfície de contato entre o governo de si e o governo dos outros, entre as tecnologias de dominação e as técnicas de si com vistas a uma condução dos indivíduos e da população no sentido de uma ética do sujeito definida pela relação de si para consigo (Candiotto, 2011).

Resende (2018) enfatiza que a governamentalização do Estado produz os próprios limites e a sobrevivência da política estatal ligadas ao modo de condução da vida dos homens, pois assinala a entrada desse Estado no campo biossociológico em que a arte neoliberal de governar encontra no campos educacional um locus no qual ganha cada vez mais espaço na atualidade.

A escola decifrada pela forma econômica do mercado, por sua vez, funciona como um aparelho de biorregulação que produz subjetividades individuais e sociais emaranhadas no modo de vida neoliberal, conectando-se a mecanismos que atuam em defesa da sociedade tal como se encontra montada (Resende, 2018, p.12).

É nesse contexto que discursos que trazem em seu âmago conceitos como os de empreendedorismo, desregulamentação, mercado, terceirização e empresa aparecem de forma cada vez mais insistente nas diretrizes e políticas educacionais, sendo aceitos com relativa tranquilidade como o caminho possível para a promoção de uma educação de qualidade.

Nesse sentido que as políticas de alinhamento, como dispositivo de governamentalidade se fazem presente na lógica da política de formação dos profissionais do Estado de Goiás como um reflexo de políticas nacionais que vem impactando a educação. Outro fator relevante que tem reverberado é o acirramento das privatizações no setor público, sendo esta a segunda categoria de análise, Privatização da educação.

A pauta da privatização vem ganhando maior força e adeptos a partir dos anos de 1990 no Brasil, em que a agenda do Estado se cobre de privatizações. A transferência de competências e de recursos públicos trazem modificações ao papel do Estado e um fortalecimento da atuação de atores privados, que se munem de diferentes mecanismos para atacar a educação e atingir seus objetivos econômicos.

Os mecanismos podem aqui ser compreendidos com o auxílio da categorização de Ball e Youdell (2007), que descrevem três diferentes modos de privatizar a educação pública. A privatização endógena, que consiste na equiparação do funcionamento interno das escolas semelhante ao das empresas; A privatização exógena, que abrange a participação dos setores privados operando dentro das escolas públicas; e a privatização da política que prevê a presença direta ou indireta dos representantes do setor privado na definição das agendas, legislações, políticas públicas, etc.. Os três tipos de privatização partem do cultivo à lógica da competição, menor gasto, ranqueamento de resultados, fiscalização, recompensa/punição, responsabilização e, outros aspectos que nos leve a pensar mercadologicamente, como que se esses fossem os fatores necessários para a busca da qualidade educacional. Porém, cada um dos tipos tem ações específicas que vem sendo implementadas no setor educacional, paralelamente ou concomitante uma às outras.

Ressaltamos aqui a privatização endógena, a qual em sua maioria, são identificados como a terceirização dos serviços, para que as escolas não precisem administrar incumbências que não são específicas de sua área, então o discurso se resume em que a contratação de serviços como, transporte escolar, merenda, limpeza, tornam-se mais eficientes e baratos. Já os produtos e serviços que estabelecem relação direta com a área educacional vêm sendo aceitos nas escolas públicas sob o ataque de que a escola pública não tem a mesma capacidade de criação e fornecimento de que as empresas privadas possuem. Assim, os governos compram das iniciativas privadas materiais didáticos, a elaboração dos currículos, formação e treinamento do corpo docente, aplicação e o processamento das provas e avaliações estandarizadas, sob o discurso de que a iniciativa privada fornece produtos com maior qualidade de que a pública consegue produzir (Ball e Youdell, 2007).

A privatização da formação dos professores se evidencia no documento da política dos profissionais da Educação de Goiás (Goiás, 2024, p. 12, grifos nossos) ao possibilitar a parceria com o setor privado, conforme descrito: “Buscar parcerias com as Instituições de Ensino Superior –IES, Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica e Inovação – ICTIs e com o setor empresarial, para melhoria da qualidade da educação. Ainda o documento apresenta alguns dos parceiros, como podemos destacar, “Instituições de ensino superior privadas, confessionais e filantrópicas; Instituto Ânima; Instituto Singularidades; Instituto Unibanco (Goiás, 2024, p. 31)”.

A abertura para a participação de diferentes instituições privadas tem se intensificado e até mesmo “naturalizado” no setor público, mesmo que de áreas em que o foco se destoem (ou deveriam destoar como o caso dos bancos privados). Enquanto, em outros momentos históricos, o interesse sobre a educação versava sobre a preparação da mão de obra e dos bons consumidores, Veiga-Neto (2018) adverte que, sob a égide do neoliberalismo, o interesse sofreu uma ampliação e deslocamento na direção de objetivos subjetivantes que oferecem o suporte para esse modelo, uma vez que

A equação educação→introjeção→neoliberalismo explica o motivo de várias empresas e corporações privadas promoverem e sustentarem vultuosos projetos educacionais. Ora diretamente executados por elas, ora executados pelo Estado com o financiamento da iniciativa privada, tais projetos – na forma de cursos, treinamentos, congressos, bolsas, etc – têm dado especial atenção à formação de indivíduos flexíveis, empreendedores, resilientes (Veiga-Neto, 2018, p. 42).

Some-se a essa argumentação aquilo que Aquino (2018) chamará de uma retirada paulatina da instituição escolar, cujo exemplo insigne apresentado pelo autor é o vídeo de uma canção intitulada “Dont’tstay in School”⁴ que, com mais de 15 milhões de visualizações, apresenta as críticas de seu autor às instituições escolares e conclama as pessoas a abandoná-la sem nenhum tipo de hesitação, conforme lê-se abaixo:

Não me ensinaram a arrumar emprego/Mas me lembro de dissecar um sapo./ Não me ensinaram a pagar imposto / Mas sei um monte sobre os clássicos de Shakespeare. / Nunca me ensinaram a votar / Dedicaram esse tempo para falar de isótopos. / Não me ensinaram a cuidar da minha saúde / Mas a mitocôndria é a usina da célula. / Nunca tive aula de atualidades / Em vez disso estudei o Velho Oeste americano. / Nunca me ensinaram quais leis existem. / Vou repetir: não me ensinaram as leis do país em que eu vivo (Aquino, 2018, p. 96).

Discursos como este estão se tornando um fenômeno frequente nos meios de comunicação e têm se constituído em um arauto das críticas ao modelo da educação formal preponderantes na sociedade moderna. Gallo (2018) aprofunda essa análise discutindo as implicações inerentes à compreensão da educação como prática de governo.

Segundo esse autor, não há dúvidas de que a educação consiste em um governo do outro na medida em que grande parte das metodologias e estratégias didáticas tem como objetivo justamente produzir determinados efeitos cognitivos ou comportamentais sobre os sujeitos. Entretanto, existe outra perspectiva da educação que é o governo de si mesmo, por meio da qual os sujeitos agem sobre eles próprios e possuem tanto a

4 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8xe6nLVXEC0> >

potencialidade tanto de aprofundar os processos de subjetivação neoliberais, quando produzir práticas de resistência e dessubjetivização.

É justamente por essa dupla potencialidade – governo do outro e governo de si – que tantos discursos ao longo da história têm se ocupado do problema educacional. Também é esse o motivo pelo qual empresas privadas e políticas públicas, sejam elas de Estado ou de Governo reproduzem incessantemente relatórios, decretos e diretrizes que criticam a escola real a partir da defesa de uma escola alinhada aos interesses neoliberais em que estudantes são convertidos em empreendedores e conhecimentos historicamente constituídos são descartados para que, em seu lugar surjam disciplinas como “projeto de vida” ou “educação financeira”.

Não se trata meramente de uma discussão sobre como promover uma boa educação. A questão reside justamente em radicalizar a questão no sentido de desvelar o que se entende por educação de qualidade, a quais interesses ela está a serviço e que tipo de sujeitos ela produz. E esta produção de sujeitos nos leva à discussão da terceira e última categoria de análise elencada neste trabalho, a Forma e conteúdo da formação aos professores.

O documento afirma que a proposta se respalda em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNS e cita o inciso VIII que defende uma formação integrada “[...] ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente.” Ainda, o documento refere-se ao processo de “ação-reflexão-ação” que deve se construir na “práxis educativa e com isso, fortalecendo o fazer pedagógico, as relações interpessoais, o clima escolar, dentre outros aspectos próprios da realidade educativa formal (Goiás, 2024, p. 7)”.

Porém, de modo contraditório ao discurso apresentado no documento, as formações podem ser realizadas de modo presencial e à distância, sendo exemplificado com a exposição de diversos cursos ofertados, na modalidade a distância e autoinstrucionais. Tal cenário propicia a individualização ou o isolamento do processo formativo e até mesmo

do trabalho docente, como é reforçado nos apontamentos de Scheibe (2010). Desse modo, os programas de formação de professores têm assumido um caráter de individualização, acentuando uma lógica de ações isoladas dentro do contexto educacional, sem a construção de coletividade para representar a escola como um todo.

Sob a ótica neoliberal, o perfil de professor que se busca formar aproxima-se do modelo de trabalhador exigido pelas empresas: alguém capaz de desempenhar múltiplas funções, flexível às demandas institucionais e apto a se reinventar diante das mudanças. Nessa lógica, o docente é concebido como sujeito autogerido, criativo, comunicativo e produtivo, atributos que respondem às necessidades de eficiência e adaptabilidade impostas pelo mercado educacional contemporâneo.

Ser um professor crítico é estar atualizado com as informações veiculadas pela imprensa, assim como ser capaz de elaborar um pensamento lógico. Ser um professor dinâmico é buscar a inovação das atividades pedagógicas, procurar sair da rotina, tornar as aulas mais atrativas, especialmente com o uso dos recursos tecnológicos. Ser um professor comunicativo é estar aberto ao diálogo com o aluno e com os demais professores, pois o ensino é encarado como uma atividade a ser realizada em grupo e não individualmente. Ser um professor eficiente é tornar a atividade pedagógica objetiva, direcioná-la para alcançar o que foi previamente planejado. Esse profissional eficiente é o professor competente que procura otimizar ao máximo as suas atividades para alcançar a qualidade total (Peixoto, 2009, p.33).

Exige-se deste profissional uma constituição de ser que forme outros seres humanos de modo padronizado e homogeneizador, que se adapte a lógica do mercado. Ainda evidenciamos o foco que se estabelece em torno de uma formação baseada na “prática”, como o texto do documento estabelece “a formação dos profissionais da educação, também se fundamenta na perspectiva de formação continuada centrada na prática (Goiás, 2024, p. 17).”

Em síntese, a política de formação continuada dos profissionais da educação de Goiás expressa, sob o discurso da valorização docente e da

busca pela qualidade, uma racionalidade neoliberal que redefine o papel do professor e reconfigura o sentido do trabalho pedagógico. Ao priorizar indicadores, metas e competências, a política desloca a formação do campo da emancipação coletiva para o da eficiência individual, reforçando processos de subjetivação alinhados à lógica empresarial. Desse modo, o ideal de professor autogerido, flexível e produtivo responde mais à necessidade de adaptação ao mercado do que ao compromisso com a transformação social. Cabe, portanto, interrogar os efeitos dessas políticas sobre a autonomia docente e sobre o próprio projeto de educação pública, pois nelas se revela a tensão entre a formação como instrumento de regulação e a possibilidade de resistência e construção de práticas contra-hegemônicas no interior da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rago (2018) discute a produção da subjetividade feminina em tempos de neoliberalismo. Essa reflexão pode, e deve ser expandida para a figura docente no contexto em questão. Professoras e professores encontram-se em uma posição ambígua e complexa face aos dilemas da prática docente. São agentes e pacientes nesse processo. Agentes enquanto executores das políticas e diretrizes educacionais apresentadas como metas a serem cumpridas independentemente do ônus humano. São executoras e executores do governo do outro. Mas também são suas vítimas, pois se deve pensar os efeitos dos discursos desqualificadores da educação, das metas educacionais e das estratégias de subjetivação e seus substitutos mercadológicos sobre esses profissionais.

Ainda segundo essas autoras, as análises foucaultianas evidenciam a forma como questão da produção da subjetividade ganha importância no neoliberalismo devido à necessidade da produção um sujeito governável. O objetivo dessa política é a generalização da forma empresa no interior do social instaurando um novo regime de verdade que “afirma a importância do cálculo econômico e da concorrência até mesmo em

dimensões da vida antes inimagináveis como as relações amorosas, familiares e subjetivas” (Rago, 20218, p. 133).

Ao capturar as subjetividades singulares e transformá-las em fonte de capitalização de si, ocorre uma sofisticação da forma de exploração do trabalho docente. O que está em curso, por meio de programas, cursos de formação inicial e continuada – muitos deles na modalidade Ead – é a produção de uma subjetividade docente precarizada, pouco capaz de produzir práticas de governo de si resilientes ou resistentes ao avanço do neoliberalismo sobre as escolas públicas e de construir heterotopias formativas em que o que esteja em questão não seja a produção de um capital humano.

Em um mundo no qual a qualidade da educação reduz-se a índices, o aluno transforma-se em cliente e a escola se converte em prestadora de serviços, coloca-se em risco a possibilidade de produção de outras formas de existência e que o conhecimento possa ser pensado não como uma mercadoria, mas como uma invenção ética e estética que atribui sentido à existência humana. Com Rago (2018) é preciso afirmar “Empresárias de si mesmo? Recuso-me, denuncio!

REFERÊNCIAS

AVELINO, N.. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 227-284, set. 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162107> Último acesso: 30 out 2025.

BALL, Stephen J.; Youdell, Deborah. La privatización encubierta en la educación pública. **Bruselas**, 2008. 154 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>. Acesso em: 1º out. 2020.

CABRAL NETO, A. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias . In: FRANÇA, M. e BEZEERA, M. C. (ORGS.) **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro. 2009.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O que nos faz pensar**. v. 21 n. 31 , dez. 2011. Disponível em: <https://oquenofazpensar.com.br/oqnf/article/view/363/362> Último acesso: 30 out 2025.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1 ed. **Expressão Popular**, f. 80, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o Poder. Em: MOTTA, Manoel Barros da. **Ditos e Escritos IX** – Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Trad Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALLO, Silvio. A educação entre o Governo dos Outros e o Governo de si. Em: **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018.

GEBARA, Ivone. **Filosofia Feminista**. Motevideo: Doble Clic Editoras, 2014.

GOIÁS. **Política de Formação continuada dos profissionais da Educação da Rede Estadual de Goiás**. Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Estado da Educação, Goiânia, 2024.

LEMKE, T. 'Marx sin comillas'. Foucault, la Gubernamentalidad y la crítica del neo-liberalismo. Em: LEMKE, T.; LEGRAND, S.; LE BLANC, G.; MONTAG, W.; GIA-CO-MELLI, M. E. **Marx y Foucault**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

RAGO, Margareth. Empresárias de si mesmo? Recuso-me, denuncio! Em: **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018.

RESENDE, Haroldo (org.). Apresentação: Michel Foucault – a arte neoliberal de governar e a educação. Em: **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018.

PEIXOTO, A. J. **Notas sobre o papel do educador nas perspectivas liberal e neoliberal**. Campinas: Alínea, 2009.

SCHEIBE, L. Valorização e Formação dos Professores para a Educação Básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul./set. 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo e Educação: os desafios do precariado. Em: **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018.